



Setembro/2014



## SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

### Concurso Público para provimento de vagas de Auditor Fiscal do Tesouro Estadual - AFTE I

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 005

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

# PROVA 2 – Conhecimentos Específicos

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.  
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

## ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (P2)**

Siglas utilizadas:

CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária

CTN – Código Tributário Nacional

ICMS – Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e de Comunicação

IPVA – Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores

ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

ITBI – Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter-Vivos

ITCMD – Imposto Sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doações de Quaisquer Bens ou Direitos

TATE – Tribunal Administrativo de Tributos Estaduais

**Direito Tributário**

1. De acordo com o CTN, é correto afirmar:
  - (A) Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados deverão ser conservados até o término do exercício financeiro em que ocorreram as operações a que se referam.
  - (B) São consideradas sigilosas, insuscetível de divulgação pela Administração Pública, as informações relativas a representações fiscais para fins penais, a inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública e a parcelamento ou moratória.
  - (C) A anistia constitui espécie de exclusão do crédito tributário, se aplicando aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções e aos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele.
  - (D) A Fazenda Pública da União e as dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios prestar-se-ão mutuamente assistência para a fiscalização dos tributos respectivos e permuta de informações, na forma estabelecida, em caráter geral ou específico, por lei ou convênio.
  - (E) A Fazenda Pública da União não poderá permutar informações com Estados estrangeiros no interesse da arrecadação e da fiscalização de tributos, pois feriria a soberania nacional, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

---

2. A Companhia dos Calçados, sociedade varejista de sapatos, foi incorporada pela empresa São José Calçados, que também desempenha a mesma atividade econômica. Na qualidade de sucessora e incorporadora, informou a operação societária à Secretaria de Fazenda do Estado de Pernambuco, requerendo a alteração do cadastro de contribuinte do ICMS e de suas filiais localizadas no respectivo território. Ocorre que o Estado de Pernambuco lavrou auto de infração em desfavor da São José Calçados, exigindo-lhe o ICMS sobre todo o estoque contido na sede da incorporada e de suas filiais na data da incorporação.  
Na situação hipotética apresentada,
  - (A) incide ICMS, já que, apesar de ter ocorrido uma sucessão empresarial, que é uma operação societária, houve circulação de mercadoria.
  - (B) incide ICMS, de maneira que o valor recolhido gerará crédito do citado imposto, para compensar com as vindouras operações relativas à circulação de mercadorias, observando, dessa forma, o princípio da não cumulatividade.
  - (C) não incide ICMS, tendo em vista que ocorreu uma sucessão empresarial, que é um ato societário, de modo que não existiu operação comercial relativa à circulação de mercadoria.
  - (D) não incide ICMS, pois as empresas, na qualidade de sociedades dedicadas ao comércio varejista de sapatos, não são contribuintes do referido imposto.
  - (E) não incide ICMS, porque são imunes ao referido imposto as transmissões de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica.

---

3. De acordo com a Constituição Federal,
  - (A) a União poderá instituir, mediante lei ordinária, na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.
  - (B) a União poderá instituir, mediante lei ordinária, impostos não compreendidos em sua competência tributária, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição Federal.
  - (C) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir contribuição de melhoria, decorrente de obra pública, ainda que não haja valorização imobiliária dela decorrente.
  - (D) a União poderá instituir empréstimos compulsórios, mediante medida provisória, no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.
  - (E) os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública.

---

4. De acordo com a Constituição Federal,
  - (A) é vedado aos Estados e ao Distrito Federal instituir tratamento tributário diferenciado entre bens e serviços, em razão de sua procedência ou destino, salvo nos casos em que tenha por propósito a redução das desigualdades econômicas das entidades políticas, ou mediante convênio firmado entre as Unidades da Federação.
  - (B) é vedado à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
  - (C) é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tributos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.
  - (D) a União poderá instituir taxa, mediante lei complementar, com base de cálculo própria de imposto, desde que compreendido em sua competência tributária.
  - (E) é vedado à União conceder incentivos fiscais em favor de Estado, Distrito Federal ou Município, ainda que destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.



5. A empresa Linho e Linha, indústria que desenvolve atividade têxtil, com sede no Município de Santa Cruz do Capibaribe-PE, em face de uma crise assolou seu seguimento na região. Com o propósito de obter recursos para honrar os compromissos que havia assumido, resolveu, então, alienar dezessete máquinas de confecção de roupas, as quais foram adquiridas pela empresa Corte e Costura, sediada no Município de Recife-PE. Nesse caso, a empresa Linho e Linha
- (A) deverá pagar ICMS sobre a operação envolvendo a venda das máquinas de confecção de roupas, porque, na qualidade de adquirente dos equipamentos, é a contribuinte do imposto.
  - (B) deverá pagar ISSQN sobre a operação envolvendo a venda das máquinas de confecção de roupas, pois as máquinas serão empregadas na prestação de serviços de confecção.
  - (C) não deverá pagar ICMS sobre a operação envolvendo a venda das máquinas de confecção de roupas, pois não houve circulação de mercadoria, mas transferência, a título oneroso e não habitual, de titularidade de bem do ativo fixo.
  - (D) deverá pagar ICMS sobre a operação envolvendo a venda das máquinas de confecção de roupas, uma vez que houve circulação de mercadoria, na medida em que houve negócio jurídico por meio do qual se transferiu para outrem, a título oneroso, o domínio de bens móveis.
  - (E) deverá pagar o ICMS correspondente ao diferencial de alíquotas sobre a operação envolvendo a venda das máquinas de confecção de roupas, já que o destinatário dos produtos está sediada em outro município.
- 
6. A empresa X, prestadora de serviços de análise e desenvolvimento de sistemas, sediada no Município de Recife-PE, é controlada pela empresa Y, que, apesar de não prestar serviços, na qualidade de investidora, periodicamente, recebe lucros e dividendos da sociedade controlada. Em janeiro de 2012, foi instaurado pelo Município de Recife-PE um procedimento de fiscalização fiscal em desfavor da empresa X, que culminou com a lavratura de auto de infração, por meio do qual a citada autoridade cobrava das empresas X e Y o ISSQN que não teria sido recolhido sobre os valores recebidos pela empresa controlada X a título de contraprestação pelos serviços prestados. Nesse caso, a autoridade fiscal agiu
- (A) incorretamente, pois o auto de infração deveria ter sido lavrado apenas contra a empresa X, pois o fato de a empresa Y pertencer ao mesmo conglomerado de empresas da contribuinte e ter interesse econômico, na condição de sócia controladora, no resultado da situação que constitui fato gerador, sem ter participado da sua realização, não é suficiente para torná-la devedora solidária da obrigação tributária.
  - (B) incorretamente, pois o auto de infração deveria ter sido lavrado apenas contra a empresa Y, pois o fato de pertencer ao mesmo conglomerado de empresas da contribuinte e ter interesse econômico na realização da situação que constitui fato gerador é suficiente para torná-la sujeito passivo da obrigação tributária.
  - (C) corretamente, posto que as empresas X e Y pertencem ao mesmo grupo econômico, o que é suficiente para tornar a sociedade controladora, na qualidade de interessada economicamente no resultado da situação que constitui fato gerador, devedora solidária da obrigação tributária.
  - (D) corretamente, já que a empresa X praticou o fato gerador, e é a contribuinte, e a empresa Y recebia periodicamente distribuição de lucros e dividendos, o que é suficiente para torná-la devedora solidária da obrigação tributária.
  - (E) incorretamente, pois o auto de infração deveria ter sido lavrado apenas contra a empresa Y, na medida em que, na qualidade de sociedade controladora, recebia lucros e dividendos, o que é suficiente para torná-la contribuinte da obrigação tributária.
- 
7. A empresa Master, que atua no ramo da construção civil, sediada no Estado de Pernambuco, adquire cimentos e tijolos de uma empresa varejista de materiais de construção, chamada Shopping da Construção, com sede no Estado de São Paulo, utilizando os referidos produtos para construir unidades habitacionais. A empresa Shopping da Construção
- (A) deverá recolher, para o estado de São Paulo, o ICMS correspondente à alíquota interna; e a Empresa Master não deverá recolher ICMS para o Estado de Pernambuco, pois não é contribuinte do referido imposto.
  - (B) e a Master não deverão recolher ICMS, para qualquer dos dois Estados, pois ambas não são contribuintes do referido imposto.
  - (C) deverá recolher, para o estado de São Paulo, o ICMS correspondente à alíquota interestadual; e a Empresa Master deverá recolher, para o Estado de Pernambuco, o ICMS correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual, pois é contribuinte do mencionado imposto e consumidor final dos produtos adquiridos.
  - (D) deverá recolher, para o estado de São Paulo, o ICMS correspondente à alíquota interestadual; e a Empresa Master deverá recolher, para o Estado de Pernambuco, o ICMS correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual, pois é contribuinte de mencionado imposto, porém não é consumidor final, já que utilizaria o material adquirido como insumo no desenvolvimento de suas atividades econômicas.
  - (E) deverá recolher, para o estado de São Paulo, o ICMS correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual; e a Empresa Master deverá recolher, para o Estado de Pernambuco, o ICMS correspondente à interestadual, pois é contribuinte do referido imposto.



8. De acordo com o CTN,
- (A) a extinção das obrigações do falido prescinde da prova de quitação de todos os tributos.
  - (B) nenhuma sentença de julgamento de partilha ou adjudicação será proferida sem prova da quitação de todos os tributos relativos aos bens do espólio, ou às suas rendas.
  - (C) na falência, o crédito tributário prefere aos créditos extraconcursais ou às importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei falimentar, mas não aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado.
  - (D) a responsabilidade tributária do sucessor abrange os tributos devidos pelo sucedido cujos fatos geradores tenham ocorrido até o dia da sucessão, mas não as multas moratórias ou punitivas.
  - (E) os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos até o início do processo de falência são extraconcursais.
- 
9. O Estado de Pernambuco, em fevereiro de 2013, instaurou procedimento de fiscalização, em que se constatou que a Tomatinho, sociedade empresária que atua no comércio de molho de tomate em conserva, nos meses de novembro e dezembro de 2012, não escriturou as notas fiscais dos produtos adquiridos pela empresa no seu livro de registro de entrada, o que, nos termos da legislação vigente, no período apurado, presumia-se a realização de operações, com a saída de mercadoria, sem o recolhimento do ICMS. A Lei Estadual nº 2.648/2011, que vigorava durante o período fiscalizado, estabelecia a alíquota do ICMS sobre operações referentes a molhos de tomates em conserva em 17% e imputava uma multa de 100% sobre o valor da operação, nos casos de infrações relativas à falta de escrituração no livro fiscal dos documentos referentes à entrada de mercadorias. Ocorre que o Estado de Pernambuco, em março de 2013, editou a Lei nº 7.845/2013, além de ter concedido isenção de ICMS para as operações referentes a molho de tomate em conserva, reduziu a sanção fiscal para 50% na hipótese da infração verificada na ação fiscalizatória.
- Nessa situação hipotética, quanto ao auto de infração, a Administração tributária
- (A) não deverá exigir qualquer valor a título de ICMS, pois aplica-se retroativamente lei posterior à data da ocorrência dos fatos que estabeleça benefício fiscal em favor do contribuinte; e imputar multa no valor correspondente a 100% da operação, pois as infrações cometidas devem ser reprimidas com base nas penalidades estabelecidas pela legislação vigente ao tempo da sua prática.
  - (B) não deverá lavrar o Auto de Infração, pois como aplica-se retroativamente a lei posterior à data da ocorrência dos fatos que desonerou o contribuinte do pagamento da obrigação principal, a obrigação acessória também não poderá ser exigida.
  - (C) deverá exigir o ICMS, aplicando-se a alíquota de 17% e imputar multa no valor correspondente a 100% da operação, percentual esse que deverá ser exigido ao final do contribuinte em eventual execução fiscal do respectivo crédito tributário, pois eram, respectivamente, a alíquota e a penalidade estabelecidas pela legislação vigente na data da ocorrência do fato gerador.
  - (D) deverá exigir o ICMS, aplicando-se a alíquota de 17%, pois era a prevista pela legislação vigente na data da ocorrência do fato gerador, e imputar multa no valor correspondente a 100% da operação. No curso de eventual processo administrativo, a multa deverá ser reduzida para 50%.
  - (E) não deverá exigir qualquer valor a título de ICMS e imputar multa no valor correspondente a 50% da operação, pois é aplicável retroativamente lei posterior à data da ocorrência dos fatos que estabeleça tratamento tributário menos severo que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.
- 
10. O ICMS
- (A) terá as alíquotas mínimas estabelecidas pelo Senado Federal, nas operações interestaduais, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros, devendo o CONFAZ, por meio de convênio, fixá-las.
  - (B) não poderá, nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, ter alíquotas internas inferiores às previstas para as operações interestaduais, salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal.
  - (C) incidirá sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica.
  - (D) compreenderá, em sua base de cálculo, o montante do imposto sobre produtos industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configure fato gerador dos dois impostos.
  - (E) incidirá sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física ou jurídica, desde que seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade, assim como sobre o serviço prestado no exterior, cabendo o imposto ao Estado onde estiver situado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário da mercadoria, bem ou serviço.
- 
11. De acordo com a Constituição Federal, o
- (A) ITBI não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, mesmo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.
  - (B) IPVA terá suas alíquotas mínimas fixadas mediante Lei Complementar.
  - (C) ITCMD, relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal; cabe à Lei Complementar, em matéria tributária.
  - (D) ITCMD terá suas alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal.
  - (E) ISSQN terá suas alíquotas mínimas e máximas fixadas mediante Lei Complementar.



12. Sobre os princípios constitucionais tributários, é correto afirmar:
- (A) Revogada a isenção de um tributo, não se restabelece imediatamente a sua exigibilidade, pois deve-se observar o princípio da anterioridade.
  - (B) A substituição legal dos fatores de indexação de correção monetária dos tributos não se submete ao princípio da anterioridade.
  - (C) As contribuições devidas aos conselhos profissionais não possuem natureza tributária e, por isso, a sua instituição e majoração não devem observar o princípio da legalidade tributária.
  - (D) A instituição dos emolumentos cartorários pelo Tribunal de Justiça, por não possuir natureza tributária, não viola o princípio da legalidade tributária.
  - (E) A definição de vencimento das obrigações tributárias sujeita-se ao princípio da legalidade tributária.
- 
13. Sobre os impostos, é correto afirmar:
- (A) O ICMS incide sobre alienação de salvados de sinistro pelas seguradoras, pois se tratam de bens móveis destinados à mercancia.
  - (B) O IPVA não incide sobre a propriedade de aeronaves, mas incide sobre a propriedade de embarcações.
  - (C) O regime de apuração do Simples, apesar de dispensar aos seus optantes um regime tributário mais favorável, impede o direito ao aproveitamento de créditos relativos ao IPI e ao ICMS.
  - (D) Há direito ao crédito do IPI na aquisição de insumos não tributados ou sujeitos à alíquota zero, pois o princípio da não cumulatividade não comporta exceção.
  - (E) Não incide ITCMD no inventário por morte presumida, pois o surgimento da obrigação tributária exige a ocorrência efetiva do fato gerador.
- 
14. O Município de Recife-PE lavrou auto de infração em desfavor da empresa de plano de saúde Medvida, exigindo-lhe a título de ISSQN o valor correspondente a 5% sobre o total das mensalidades pagas pelos usuários do plano de saúde, deduzidas despesas incorridas pela operadora com os prestadores de serviços de saúde conveniados, tais como hospitais, clínicas, laboratórios e médicos, sob o argumento de que a empresa não teria recolhido o imposto incidente sobre o montante recebido pela prestação de serviços. Notificado pela autoridade fiscal, a Medvida efetuou o pagamento do débito no período compreendido para sua defesa com o benefício de redução das penalidades. Posteriormente, o superior hierárquico do agente fazendário responsável pela formalização do lançamento tributário procedeu à revisão de ofício do lançamento tributário, alegando que, nos serviços de plano de saúde, a base de cálculo do ISSQN é o valor bruto recebido pela operadora, ou seja, o valor total pago pelos consumidores. O valor pago pela Medvida foi imputado ao total do débito apurado por ocasião da revisão de ofício. A Medvida foi notificada da revisão de ofício, tendo-lhe sido concedido prazo para defesa ou pagamento com redução das penalidades, conforme legislação vigente. Em sua defesa, alegou impossibilidade de revisão de ofício. Em julgamento administrativo, o Auto de Infração objeto da revisão de ofício foi mantido inalterado.
- A situação hipotética está em
- (A) desconformidade com o CTN, pois o lançamento, após a notificação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária, não pode ser revisado em virtude de erro de direito.
  - (B) desconformidade com o CTN, pois o lançamento, após a notificação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária, não pode ser revisado por erro de fato.
  - (C) conformidade com o CTN, pois o lançamento é passível de alteração de ofício a qualquer tempo, desde que não tenha havido a decadência do direito à constituição do crédito tributário.
  - (D) conformidade com o CTN, pois ocorreu um erro de fato, o que autoriza a revisão do lançamento, mesmo após a notificação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária originalmente constituída.
  - (E) conformidade com o CTN, pois ocorreu um erro de direito, o que autoriza a revisão do lançamento, mesmo após a notificação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária.
- 
15. Em relação às imunidades tributárias, é correto afirmar:
- (A) A imunidade tributária conferida a instituições de assistência social sem fins lucrativos somente alcança as entidades fechadas de previdência social privada, se não houver contribuição dos beneficiários.
  - (B) A imunidade tributária sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão não se aplica ao álbum de figurinhas.
  - (C) Os serviços notariais e de registro, por serem exercidos em caráter público, por delegação do Poder Público, sujeitam-se à imunidade tributária recíproca.
  - (D) A sociedade de economia mista prestadora de serviço público de água e esgoto não é abrangida pela imunidade tributária recíproca.
  - (E) As sociedades de economia mista prestadoras de ações e serviços de saúde, ainda que seu capital social seja majoritariamente estatal, não gozam da imunidade tributária recíproca.



16. De acordo com o CTN e a Constituição Federal, é correto afirmar:
- (A) A União, na qualidade de pessoa jurídica de direito internacional público, não pode celebrar acordos internacionais para estabelecer a isenção de impostos da competência estadual.
  - (B) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa em fase de execução.
  - (C) A compensação de débitos tributários com precatórios do sujeito passivo contra o mesmo ente político independe de autorização de lei.
  - (D) O ITBI não incide sobre os bens imóveis objeto de usucapião e desapropriação, por serem formas de aquisição originária de propriedade.
  - (E) O valor venal do imóvel, para fins de cálculo do ITBI e do IPTU, deve ser igual, pois ambos os impostos possuem a mesma base de cálculo.

17. O Município de Caruaru-PE, mediante a edição da Lei nº 5.658/2014, instituiu a cobrança de TLP – Taxa de Limpeza Pública, que tem como fato gerador os serviços de conservação e limpeza de logradouros públicos pelo referido município.

Na situação hipotética, a cobrança desse tributo é

- (A) ilegítima, pois a competência para estabelecer cobrança de taxa sobre serviços de conservação e limpeza de logradouros públicos é do Estado.
- (B) ilegítima, pois o fato gerador corresponde a serviço público universal e indivisível, que não possibilita a individualização dos respectivos usuários.
- (C) legítima, pois visa a custear a prestação de serviços públicos específicos e divisíveis, ostentando o caráter retributivo inerente às taxas.
- (D) legítima, pois o fato gerador corresponde a serviço público universal e indivisível, prescindindo da individualização dos respectivos usuários.
- (E) ilegítima, pois o fato gerador, próprio de imposto, deve ser custeado pelas receitas decorrentes de sua exigência.

18. Sobre prescrição e decadência, é correto afirmar que o prazo

- (A) decadencial nos tributos sujeitos a lançamento por homologação em que o contribuinte não efetua o pagamento antecipado tem início no primeiro dia do período de apuração seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- (B) de prescrição para postular ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados do primeiro dia do ano seguinte ao qual poderia o tributo ter sido lançado.
- (C) decadencial nos tributos sujeitos a lançamento por homologação, caso tenha havido dolo, fraude ou simulação por parte do sujeito passivo, tem início no primeiro dia seguinte ao qual poderia o tributo ter sido lançado.
- (D) decadencial nos tributos sujeitos a lançamento por homologação, cujo pagamento ocorreu de modo antecipado, porém a menor, tem início no primeiro dia do ano seguinte ao qual poderia o tributo ter sido lançado.
- (E) de prescrição para postular a repetição de indébito, nos tributos sujeitos ao lançamento de ofício e cuja lei instituidora tenha sido declarada inconstitucional pelo STF, é de cinco anos, contados da data do efetivo pagamento.

19. Sobre a suspensão e extinção do crédito tributário, é correto afirmar:

- (A) O depósito do montante integral realizado pelo contribuinte, para suspender exigibilidade do crédito tributário, não deve ser convertido em renda da Fazenda Pública, quando houver extinção do processo sem resolução de mérito, já que não haveria pronunciamento do Judiciário sobre a legitimidade do débito fiscal.
- (B) O pedido administrativo de compensação tributária e o respectivo recurso contra seu indeferimento não suspendem a exigibilidade do crédito tributário, tendo em vista que se tratam de mero requerimento administrativo de natureza fiscal.
- (C) A lei concessiva de moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade à determinada região do território da pessoa jurídica de direito público que a expedir, ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.
- (D) A fiança bancária se equipara ao depósito integral, para fins de suspensão da exigibilidade, posto que garante a satisfação do crédito tributário.
- (E) O pedido de parcelamento do débito tributário pelo sujeito passivo da obrigação suspende, mas não interrompe o prazo prescricional para a Fazenda Pública promover a sua cobrança, uma vez que se trata de hipótese de suspensão de exigibilidade do crédito tributário.



20. Sobre o regime tributário do Simples Nacional, considere:

- I. Consideram-se isentos do imposto de renda, na fonte e na declaração de ajuste do beneficiário, os valores efetivamente pagos ou distribuídos ao titular ou sócio da microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, salvo os que corresponderem a pró-labore, aluguéis ou serviços prestados.
- II. Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte que possua débito com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, ou com as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal, ainda que estejam com a exigibilidade suspensa.
- III. Os processos relativos a impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional serão ajuizados em face da União, que será representada em juízo pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II.
- (B) III.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) I.

### Legislação Tributária

21. Considere as situações a seguir:

- I. A Loja de Tecidos Luiz Gonzaga, do Município pernambucano de Exu, remeteu peças de tecidos com destino a sua filial do Município de Cabrobó, no mesmo Estado.
- II. A empresa atacadista Orlando Dias, de Recife – PE, vendeu papel com destino a uma indústria gráfica da mesma cidade que vai fabricar livros Registro de Entradas e Registro de Saídas para utilização de contribuintes do ICMS.
- III. A Fábrica de Embutidos Paulo Diniz, de Pesqueira – PE, remeteu um lote de linguiça, com fim específico de exportação, para empresa comercial exportadora de Vitória – Espírito Santo.
- IV. A Fábrica de Embutidos Paulo Diniz, de Pesqueira – PE, remeteu um lote de linguiça para depósito em armazém-geral de Salvador – Bahia.
- V. A Fábrica de Embutidos Paulo Diniz, de Pesqueira – Pernambuco, doou um lote de linguiça para entidade beneficente do município.

Nos termos do Decreto nº 14.876/1991 e alterações, é hipótese de não incidência APENAS o que consta em

- (A) I, II e V.
- (B) I, IV e V.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) III.

22. Segundo o Decreto nº 14.876/1991 e alterações, incide o imposto sobre a entrada, no território de Pernambuco, de energia elétrica e petróleo, inclusive sobre

- (A) quaisquer lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, quando procedentes de outra unidade da Federação e destinados à comercialização ou à industrialização, cabendo o imposto a este Estado.
- (B) lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, quando procedentes de outra unidade da Federação e não destinados à comercialização ou à industrialização, devendo o imposto ser recolhido em partes iguais para as duas unidades da Federação envolvidas na operação.
- (C) lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, quando procedentes de outra unidade da Federação e destinados à comercialização ou à industrialização, cabendo o imposto a este Estado.
- (D) lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, quando procedentes de outra unidade da Federação e não destinados à comercialização ou à industrialização, cabendo o imposto a este Estado.
- (E) quaisquer lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, quando procedentes de outra unidade da Federação e não destinados à comercialização ou à industrialização, cabendo o imposto a este Estado.



23. Considere as situações a seguir:

- I. A Fábrica de Instrumentos Musicais Nando Cordel, de Ipojuca – PE arremata em leilão promovido pela Secretaria da Receita Federal, em Salvador – BA, um lote de guitarras havaianas que haviam sido apreendidas por aquele órgão, no Porto de Suape, por ingresso clandestino no país.
- II. Empresa pesqueira de Cabo de Santo Agostinho – PE, após efetuar pesca em alto mar, desembarca pescados em Maragogi – AL.
- III. Michael Sullivan, pessoa física, domiciliado em Recife – PE importa um piano da Alemanha e promove o desembarço no porto de Aratu – Bahia.
- IV. A Fábrica de Instrumentos Musicais Nando Cordel, de Ipojuca – PE, emite nota fiscal referente à transmissão da propriedade de um lote de atabaques que mantinha depositado em armazém-geral de São Paulo – SP.
- V. Mercadoria interceptada em território pernambucano sem estar acompanhada de documento fiscal, tendo a mesma saído de estabelecimento sediado no Município de Fortaleza – CE.

Não havendo previsão específica de desoneração na legislação pernambucana, implica a obrigação de pagar ICMS ao Estado de Pernambuco APENAS o que consta em

- (A) II, III e IV.
- (B) V.
- (C) III e V.
- (D) I, III e IV.
- (E) I, II, IV e V.

24. A empresa Indústria Metalúrgica Luiz Vieira, de Caruaru – PE, importou aço proveniente da Suécia para utilizar como matéria-prima. Remeteu tal mercadoria para indústria pernambucana que transformou a mercadoria em discos de aço sob sua encomenda. Após a industrialização, a empresa industrializadora procedeu ao retorno da mercadoria já industrializada ao encomendante. Conforme o disposto no Decreto nº 14.876/1991 e alterações, a operação de saída com destino à industrialização está sujeita a

- (A) não incidência do ICMS.
- (B) suspensão do ICMS.
- (C) pagamento de ICMS com alíquota de 17%.
- (D) pagamento de ICMS com alíquota de 4%.
- (E) diferimento do ICMS.

25. Considere as seguintes afirmações:

- I. Situação jurídica em função da qual deixa de ser exigido o imposto em relação à saída da mercadoria de um estabelecimento para outro, com o objetivo de retorno, ficando a responsabilidade tributária pelo respectivo imposto com o primeiro estabelecimento.
- II. Situação tributária em que adia-se, para outro momento, indicado na legislação tributária específica, o termo inicial do prazo de recolhimento do imposto devido e transfere-se para o adquirente ou tomador, conforme dispuser a legislação tributária específica, a responsabilidade pelo imposto devido em determinada operação ou prestação.
- III. Estabelecimento destinado à recepção e movimentação de mercadoria de terceiros, isolada ou conjuntamente com mercadoria própria, com a simples função de guarda e proteção.

De acordo com o Decreto nº 14.876/1991 e alterações, as afirmações I, II e III referem-se, respectivamente, a

- (A) suspensão, diferimento e depósito fechado.
- (B) substituição tributária das operações subsequentes, diferimento e depósito fechado.
- (C) diferimento, substituição tributária das operações subsequentes e armazém-geral.
- (D) diferimento, substituição tributária das operações subsequentes e depósito fechado.
- (E) suspensão, diferimento e armazém-geral.



26. A empresa Indústria e Comércio de Perucas Michael Sullivan, de Recife – PE, revende mercadorias que importa da Itália e também fabrica perucas com matéria-prima que importa da Índia.

Considere as seguintes operações:

- I. Vendas e remessa de perucas italianas para loja revendedora de Brejo da Madre de Deus – PE.
- II. Vendas e remessa de perucas italianas para cantor sertanejo de Goiânia – GO.
- III. Vendas e remessa de perucas que fabricou com matéria-prima importada para loja revendedora do Rio de Janeiro – RJ, sendo que o produto tem 39% de conteúdo de importação, nos termos definidos pelo Regulamento do ICMS de Pernambuco.
- IV. Vendas e remessa de perucas italianas para Escola de Samba do Rio de Janeiro utilizar em desfile de carnaval.
- V. Vendas e remessa de perucas italianas para indústria de roupas de São Paulo – SP.

Conforme o Decreto nº 14.876/1991 e alterações, aplicará alíquota de 4% APENAS nas operações descritas em

- (A) V.
- (B) I, III e V.
- (C) I e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) II, IV e V.

27. Considere as seguintes afirmações:

- I. Será admitida a emissão de Carta de Correção ou documento equivalente para, relativamente a documento fiscal anteriormente emitido, sanar incorreção, desde que, se relacionada com o valor do imposto ou variáveis que determinem o mencionado valor, e a carta seja emitida no próprio mês do documento fiscal original.
- II. Nas vendas à ordem ou para entrega futura, deve ser emitida a nota fiscal relativa a simples faturamento, com o destaque do ICMS se for o caso.
- III. Para fins de ICMS, considera-se estabelecimento o local, privado ou público, edificado ou não, próprio ou de terceiro, onde pessoas físicas ou jurídicas exerçam suas atividades em caráter temporário ou permanente, bem como onde se encontrem armazenadas mercadorias.
- IV. Considera-se responsável pelo imposto, na qualidade de contribuinte-substituto, o possuidor, a qualquer título, ou o detentor de mercadoria recebida desacompanhada de documento fiscal próprio ou com documento fiscal inidôneo.

Conforme o disposto no Decreto nº 14.876/1991 e alterações, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) III.
- (C) III e IV.
- (D) I e III.
- (E) I e II.

28. Selma do Coco mantém, no Município de Vitória de Santo Antão – PE, uma empresa que industrializa e exporta cocada e água de coco. Encomendou à empresa Indústria de Embalagens José Rico, de São José do Belmonte – PE, caixas de papelão para embalar a água de coco de sua produção, que vendeu para a empresa Comercial Exportadora Caju & Castanha, de Recife – PE, com finalidade de exportação. Nessa situação, conforme o disposto no Decreto nº 14.876/1991 e alterações, é correto afirmar:

- (A) A Indústria de Embalagens José Rico vende as embalagens com tributação normal; Selma do Coco se credita e vende água de coco com tributação normal; apenas as indústrias terão direito a crédito da energia elétrica.
- (B) A Indústria de Embalagens José Rico vende as embalagens com tributação normal; Selma do Coco se credita, vende água de coco com não incidência e terá direito à manutenção do crédito; as indústrias terão direito a crédito da energia elétrica consumida no processo produtivo e a empresa comercial terá direito a crédito da energia elétrica, na proporção das exportações sobre as saídas totais de mercadorias.
- (C) Trata-se de uma cadeia de operações mercantis denominada “exportação indireta”, onde as três empresas promoverão as vendas abrigadas pela não incidência do ICMS; as indústrias terão direito a crédito da energia elétrica consumida no processo produtivo e a empresa comercial terá direito a crédito da energia elétrica, na proporção das exportações sobre as saídas totais de mercadorias.
- (D) Trata-se de uma cadeia de operações mercantis denominada “exportação indireta”, onde as três empresas promoverão as vendas abrigadas pela não incidência do ICMS, mas apenas as indústrias terão direito a crédito da energia elétrica.
- (E) A Indústria de Embalagens José Rico vende as embalagens com tributação normal; Selma do Coco se credita, vende água de coco com não incidência e terá direito à manutenção do crédito; apenas as indústrias terão direito a crédito da energia elétrica.



29. Considere as afirmações a seguir, à luz da Lei nº 11.408/1996:

- I. A Fábrica de Calçados Alceu Valença, de São Bento do Una – PE, poderá se creditar do ICMS em aquisições de máquinas para o ativo fixo a serem utilizadas na produção de mercadorias tributadas, devendo, entretanto, estornar o valor creditado se alienar os bens antes do prazo de quatro anos contados da data de sua aquisição.
- II. A Indústria de Acordeões Dominginhos, de Garanhuns – PE, tem direito ao crédito do imposto anteriormente cobrado (ICMS) em operações de que tenha resultado a entrada de matéria-prima que utilizar na fabricação de produtos tributados, porém seu direito de utilizar o crédito extingue-se depois de decorridos cinco anos contados da data da entrada da mercadoria.
- III. A responsabilidade pelo pagamento do imposto (ICMS) poderá ser atribuída em relação ao imposto incidente sobre uma ou mais operações e prestações, sejam antecedentes, concomitantes ou subsequentes, inclusive ao valor decorrente da diferença entre alíquotas interna e interestadual, nas operações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, que seja contribuinte do imposto.
- IV. No caso de substituição tributária de operações subsequentes, formulado o pedido de restituição e não havendo deliberação no prazo de noventa dias, o contribuinte substituído poderá creditar-se, em sua escrita fiscal, do valor objeto do pedido, devidamente atualizado segundo os mesmos critérios aplicáveis ao tributo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II.
- (C) III.
- (D) III e IV.
- (E) I, II e IV.

30. A empresa atacadista Abelardo da Hora, de São Lourenço da Mata – PE, adquiriu mercadorias sujeitas à substituição tributária das operações subsequentes com o ICMS retido pelos remetentes. Em relação a essas mercadorias, aconteceram as situações adiante descritas:

- I. Vendeu para o atacadista revendedor Pedro de Lara, de Bom Conselho – PE.
- II. Vendeu, ao abrigo de isenção, para o atacadista Boto Cor-de-Rosa, da Zona Franca de Manaus.
- III. Vendeu para o varejista revendedor Geraldo Azevedo, de Petrolina – PE.
- IV. Exportou parte da mercadoria para o Suriname.
- V. Vendeu para consumidor final por valor inferior ao valor da base de cálculo do imposto anteriormente retido por substituição tributária.

De acordo com a Lei nº 11.408/1996, lhe asseguram direito à restituição do ICMS retido por substituição tributária, em seu valor total ou parcial, APENAS as situações

- (A) II, III e IV.
- (B) I, III e V.
- (C) I, III e IV.
- (D) I, II e V.
- (E) II, IV e V.

31. Indústria paulista remeteu a revendedor pernambucano produto de sua fabricação sujeito a substituição tributária das operações subsequentes na unidade federativa de destino. O valor da mercadoria é de R\$ 15.000,00, além de Imposto sobre Produtos Industrializados no valor de R\$ 3.000,00, totalizando R\$ 18.000,00. Considerando que:

- existe acordo de substituição tributária das operações subsequentes entre os dois Estados;
- a alíquota interna da mercadoria é de 18% em São Paulo e de 17% em Pernambuco;
- a margem de valor agregado aplicável, de acordo com a legislação própria, é de 60%;
- as duas empresas pertencem ao regime normal de apuração do imposto.

O valor do ICMS a ser retido do destinatário é, em reais,

- (A) 3.636,00
- (B) 4.096,00
- (C) 4.896,00
- (D) 3.846,00
- (E) 4.134,00

32. A Indústria de Roupas Reginaldo & Rossi, de Recife – PE, transfere mercadorias de sua produção para sua filial de Fortaleza – CE. Essa operação

- (A) é tributada e a base de cálculo é o custo da mercadoria produzida, assim entendido a soma do custo da matéria-prima, material secundário, mão de obra e acondicionamento.
- (B) é tributada e a base de cálculo é o preço FOB do estabelecimento industrial à vista.
- (C) não é tributada, em virtude da não ocorrência da transmissão da propriedade.
- (D) não é tributada, em virtude de disposição de lei complementar.
- (E) não é tributada em virtude de diferimento previsto no Regulamento do ICMS de Pernambuco.



33. De acordo com o que estabelece a Lei Estadual nº 11.408/1996, o local da operação ou da prestação, para os efeitos da cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável, tratando-se de mercadoria ou bem, é
- (A) o do domicílio do adquirente, quando não estabelecido, no caso de mercadoria ou bem importado do exterior.
  - (B) aquele em que ocorra o desembaraço aduaneiro, no caso de mercadoria ou bem importado do exterior por contribuinte do imposto.
  - (C) o do estabelecimento em que ocorrer a entrada física, no caso de mercadoria ou bem importado do exterior, apreendido ou abandonado.
  - (D) aquele em que ocorra o desembaraço aduaneiro, quando o importador for pessoa jurídica não contribuinte do ICMS, no caso de mercadoria ou bem importado do exterior.
  - (E) aquele onde seja realizada a apreensão ou constatado o abandono, no caso de arrematação de mercadoria, importada do exterior, apreendida ou abandonada.

34. De acordo com o que estabelece a Lei Estadual nº 11.408/1996, o ICMS incide sobre
- (A) fornecimento de mercadoria com prestação de serviço sujeito ao imposto sobre serviços, de competência dos municípios, quando a lei complementar aplicável à matéria expressa ou implicitamente o sujeitar à incidência do imposto estadual.
  - (B) operações de qualquer natureza de que decorra a transferência de propriedade de estabelecimento industrial, comercial ou de outra espécie.
  - (C) operações relativas à circulação de mercadorias, excetuada a prestação de serviço de alimentação no recinto de bares, restaurantes e estabelecimentos similares.
  - (D) prestações de serviços de comunicação em geral, por qualquer meio e, tratando-se de operações onerosas, incide inclusive sobre a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza.
  - (E) entrada de mercadoria importada do exterior, por pessoa física ou jurídica, para qualquer finalidade, inclusive, em se tratando de pessoa física ou jurídica titular de estabelecimento, quando a mercadoria importada se destine ao uso ou consumo ou ativo permanente do respectivo estabelecimento.

35. Considere as seguintes situações:

- I. Comerciante, com estabelecimento localizado na cidade de Petrolina/PE, efetua venda de mercadoria tributada, considerada supérflua nos termos de acordo celebrado entre os Estados, utilizadas as Normas Brasileiras de Mercadorias – NBM para identificação desses produtos, a contribuinte do Estado da Paraíba, para fins de comercialização na cidade de João Pessoa/PB.
- II. Industrial, com estabelecimento localizado na cidade de Garanhuns/PE, efetua venda de mercadoria tributada, não considerada supérflua, a prestador de serviço de transporte intramunicipal, localizado na cidade de Natal/RN.
- III. Prestador de serviço de comunicação, localizado na cidade de Caruaru/PE, efetua prestação desse tipo de serviço a hospital localizado na mesma cidade pernambucana.
- IV. Pessoa física, domiciliada na cidade do Recife/PE, importa do exterior mercadoria não considerada supérflua, para seu próprio uso e consumo.
- V. Varejista, com estabelecimento localizado na cidade de Gravatá/PE, efetua venda de mercadoria tributada, considerada supérflua nos termos de acordo celebrado entre os Estados, utilizadas as Normas Brasileiras de Mercadorias – NBM para identificação desses produtos, a não contribuinte do ICMS, localizado em Maceió/AL, para ser consumida pelo destinatário alagoano.

De acordo com o Regulamento do ICMS do Estado de Pernambuco, as alíquotas nas operações e na prestação referidas acima são, respectivamente,

- (A) 25%, 11%, 28%, 12%, 25%.
- (B) 12%, 12%, 25%, 11%, 35%.
- (C) 12%, 17%, 28%, 17%, 25%.
- (D) 25%, 12%, 17%, 17%, 30%.
- (E) 7%, 7,5%, 12%, 7,5%, 25%.



36. Silvío, viúvo, domiciliado em Petrolina/PE, faleceu em janeiro de 2014 e deixou três filhos: Carlos, domiciliado em João Pessoa/PB, Daniel, domiciliado em Belo Horizonte/MG e Elisa, domiciliada em Caruaru/PE. A herança deixada por Silvío consistia em uma conta de poupança, aberta em agência bancária localizada na cidade de Petrolina, cujo saldo na data do óbito era de R\$ 1.800.000,00. Aberto o processo de inventário, Carlos renunciou ao seu quinhão a favor de sua irmã Elisa e Daniel renunciou a favor do monte, razão pela qual Elisa acabou recebendo a totalidade da herança.

Considerando os fatos hipotéticos relatados acima, bem como o que dispõem a Lei Estadual nº 13.947/2009 e o parágrafo único do art. 1804 do Código Civil Brasileiro, segundo o qual “a transmissão tem-se por não verificada quando o herdeiro renuncia à herança”, o Estado de Pernambuco terá direito de receber a importância de

- (A) R\$ 45.000,00, a título de ICD “causa mortis”, por conta do quinhão atribuído a Carlos, antes que esse formalizasse sua renúncia.
- (B) R\$ 45.000,00, por conta do montante recebido por Elisa, em razão da renúncia formalizada por Carlos.
- (C) R\$ 18.000,00, por conta do montante recebido por Elisa, em razão da renúncia formalizada por Carlos.
- (D) R\$ 12.000,00, a título de ICD “causa mortis”, por conta do quinhão atribuído a Daniel, antes que esse formalizasse sua renúncia.
- (E) R\$ 30.000,00, a título de ICD “causa mortis”, por conta do quinhão atribuído a Carlos, antes que esse formalizasse sua renúncia.

37. Considere as seguintes informações:

- I. José e Maria eram casados pelo regime da comunhão universal de bens, não possuíam bens particulares, mas possuíam um patrimônio comum de R\$ 1.000.000,00. Separaram-se e, na divisão desses bens, José ficou com R\$ 450.000,00 e Maria com R\$ 550.000,00.
- II. Jairo recebeu herança de seu pai, no valor de R\$ 200.000,00, mas cedeu seus direitos hereditários, gratuitamente, a seu primo Carlos.
- III. Adriana, prima de Cibele, que é filha de Mauro, recebeu legado desse mesmo tio Mauro, no valor de R\$ 100.000,00.
- IV. Marcos se desfez do imóvel de que era proprietário, destinando, gratuitamente, o usufruto do bem a seu irmão Lucas, pelo prazo de 15 anos, e destinando, onerosamente, a nua propriedade desse mesmo bem a seu irmão Marcelo, sendo certo que o valor desse bem, na ocasião de sua transmissão, era de R\$ 270.000,00.
- V. Jorge adquiriu, por meio de usucapião, um terreno no valor de R\$ 60.000,00.

Com base no disposto na Lei Estadual nº 13.974/2009, e nas informações acima, bem como considerando que todas as pessoas acima mencionadas estão domiciliadas no Estado de Pernambuco e que os bens referidos acima estão localizados nesse mesmo Estado, é correto afirmar que

- (A) Cibele, na condição de filha do falecido Mauro, é contribuinte do ICD pelo legado deixado pelo seu pai a sua prima Adriana, deverá pagar R\$ 2.000,00, devido ao Estado de Pernambuco.
- (B) Jorge é contribuinte do ICD em decorrência da aquisição da referida propriedade por meio de usucapião, razão pela qual deverá pagar R\$ 1.200,00, devido ao Estado de Pernambuco.
- (C) José, na qualidade de contribuinte do ICD em relação a esse excesso de meação, deverá pagar R\$ 2.000,00, devido ao Estado de Pernambuco.
- (D) Lucas, na qualidade de beneficiário do usufruto que lhe foi transmitido por Marcos e, conseqüentemente, de contribuinte do ICD devido em razão disso, deverá pagar R\$ 1.800,00, devido ao Estado de Pernambuco.
- (E) Jairo, na qualidade de contribuinte do ICD em relação à transmissão feita a Carlos, deverá pagar R\$ 10.000,00, devido ao Estado de Pernambuco.

38. Em 15 de maio de 2013, Jorge, domiciliado na cidade de Maceió/AL, efetuou a transmissão da propriedade de bem imóvel, constituído por uma casa localizada em bairro nobre da cidade de Recife/PE, a seu filho Lucas, seu herdeiro necessário, a título de antecipação de herança. Essa transmissão não está abrangida por nenhuma hipótese de isenção. Nessa mesma data, Lucas estava domiciliado na cidade de Salvador/BA. O patrimônio de Jorge, no momento em que assinou a escritura por meio da qual essa transmissão foi feita, era de R\$ 10.000.000,00 e o valor da referida casa, naquele mesmo momento, era de R\$ 1.000.000,00 (valor declarado pelo contribuinte).

Considerando-se o disposto na Lei Estadual nº 13.974/2009, em razão dessa transmissão

- (A) haverá imposto a pagar ao Estado de Pernambuco, no valor de R\$ 50.000,00.
- (B) não haverá imposto a pagar ao Estado de Pernambuco, porque o doador reside no Estado de Alagoas.
- (C) não haverá imposto a pagar ao Estado de Pernambuco, porque o donatário reside no Estado da Bahia.
- (D) haverá imposto a pagar ao Estado de Pernambuco, no valor de R\$ 20.000,00.
- (E) haverá imposto a pagar ao Estado de Pernambuco, no valor de R\$ 30.000,00.



39. De acordo com o que estabelece a Lei Estadual nº 11.514/1997, a imposição de multa ao infrator da legislação tributária estadual
- (A) não dispensa o pagamento do imposto devido e demais acréscimos cabíveis, salvo nos casos previstos em lei.
  - (B) não exime o infrator da obrigação de reparar os danos resultantes da infração, quando superiores a valor fixado em regulamento.
  - (C) pode dispensar o pagamento do imposto devido, quando o montante da multa aplicada representar, no mínimo, mais de duas vezes o valor nominal desse imposto, obedecidas as condições fixadas por ato do Poder Executivo.
  - (D) não deve ser realizada de forma cumulativa quando uma das infrações é relativa à obrigação acessória e outra é relativa à obrigação principal, e quando da primeira possa resultar a segunda, de acordo com o que dispuser portaria específica da Secretaria da Fazenda.
  - (E) dispensa o pagamento do imposto devido, apenas nos casos expressamente previstos em regulamento do respectivo imposto.
- 
40. De acordo com o disposto na Lei Estadual nº 10.654/1991, inicia-se o processo administrativo tributário
- (A) de ofício, por meio de impugnação específica contra o indeferimento de pedido de reconhecimento de isenção do IPVA para ambulâncias que servem a hospitais públicos e privados pertencentes ao Sistema Único de Saúde.
  - (B) voluntariamente, por meio de contestação de reavaliação de bens sujeitos ao Imposto Sobre a Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens e Direitos.
  - (C) voluntariamente, com a lavratura de Auto de Lançamento de Crédito Tributário, com as características previstas em lei.
  - (D) de ofício, por meio de impugnação, quando indeferido o pedido de restituição de tributos formulado pelo requerente.
  - (E) voluntariamente, por meio de consulta sobre a legislação financeiro-tributária aplicável à situação concreta e de interesse geral dos contribuintes do ICMS do Estado de Pernambuco, permitida, nos casos previstos em regulamento, a indagação sobre o direito em tese.
- 
41. De acordo com a Lei Estadual nº 10.849/1992, considera-se ocorrido o fato gerador do IPVA, no Estado de Pernambuco, tratando-se de veículo
- (A) de procedência estrangeira, e para efeito da primeira tributação, na data do desembarço aduaneiro, quando importado por empresa revendedora de veículos, com a finalidade de comercializá-lo.
  - (B) de procedência estrangeira, e para efeito da primeira tributação, no momento da incorporação ao ativo permanente da empresa importadora, revendedora de veículos.
  - (C) usado, fabricado em ano anterior, no dia primeiro de janeiro de cada exercício.
  - (D) novo ou usado, na data de sua primeira aquisição por consumidor final, pessoa física ou jurídica.
  - (E) usado não registrado e não licenciado neste Estado, no dia primeiro de janeiro do ano seguinte ao de sua aquisição, quando não houver comprovação do pagamento do IPVA em outra Unidade da Federação.
- 
42. De acordo com a Lei Estadual nº 10.849/1992, é isenta do IPVA a propriedade de
- (A) veículo do tipo ambulância ou de uso no combate a incêndio, destinados a serviços públicos ou privados dessa natureza.
  - (B) veículo movido a motor elétrico ou a Gás Natural Veicular-GNV.
  - (C) veículo de cidadãos estrangeiros, residentes no Brasil há menos de um ano, portadores de "Certificado Internacional de Circular e Conduzir", pelo prazo estabelecido nesse certificado, mas nunca superior a 1 (um) ano, desde que o país de origem adote tratamento recíproco com os veículos do Brasil.
  - (D) máquinas de uso essencialmente agrícola, desde que não circulem em vias públicas.
  - (E) embarcação pertencente a pescador profissional, pessoa física, utilizada na atividade de subsistência, comprovada por entidade representativa da classe, limitada a um veículo por beneficiário.
- 
43. Para fins de aplicação do disposto no caput do art. 8º da Lei Estadual nº 11.514/1997, "a autoridade fiscal proporá a aplicação da pena de multa partindo da pena básica estabelecida para a infração, majorando-a em razão das circunstâncias agravantes, provadas em cada caso", considera-se circunstância agravante a reincidência, que implicará acréscimo de
- (A) 50% sobre o valor da multa aplicável, inclusive quando houver extinção integral do crédito tributário.
  - (B) 30% sobre o valor da multa aplicável, exceto quando a prática dessa nova infração ocorrer após cinco anos contados do período fiscal subsequente ao da verificação da primeira.
  - (C) 50% sobre o valor da multa aplicável, exceto quando a prática dessa nova infração ocorrer após cinco anos contados do período fiscal subsequente ao da verificação da primeira ou quando houver extinção integral do crédito tributário.
  - (D) 50% sobre o valor da multa aplicável, inclusive quando a prática dessa nova infração ocorrer após cinco anos contados do período fiscal subsequente ao da verificação da primeira.
  - (E) 30% sobre o valor da multa aplicável, inclusive quando a prática dessa nova infração ocorrer após cinco anos contados do período fiscal subsequente ao da verificação da primeira.



44. De acordo com o disposto na Lei Estadual nº 10.654/1991, no processo administrativo tributário estadual, é cabível
- (A) reexame necessário de decisão não unânime de Turma Julgadora, na hipótese em que excluir da ação fiscal qualquer dos autuados, e de decisão unânime que seja favorável ao sujeito passivo, quando considerá-lo parcial ou integralmente desobrigado do pagamento de tributo ou de penalidade pecuniária.
  - (B) recurso ordinário, que será protocolizado em repartição fazendária, deve ser interposto contra toda a decisão, vedada a interposição em relação apenas a parte dela.
  - (C) recurso extraordinário, ainda quando apresentado em relação a parte da decisão recorrida, o qual devolverá ao órgão competente, para o seu julgamento, o conhecimento de toda a matéria arguida na defesa apresentada pelo contribuinte.
  - (D) recurso ao Secretário da Fazenda, por provocação do Procurador do Estado que funcione perante o Tribunal, ou do Procurador-Chefe da Procuradoria da Fazenda Estadual, em razão de decisão proferida por autoridade julgadora ter deixado de aplicar ato normativo, ainda que sob a alegação de ilegalidade ou inconstitucionalidade, hipótese em que recurso visará exclusivamente à declaração, pelo Secretário da Fazenda, de nulidade da decisão proferida.
  - (E) pedido de revisão às Câmaras do TATE, com efeito suspensivo, que implicará o reconhecimento da parte não impugnada, quando for apresentado apenas em relação a parte da decisão.
- 
45. A Lei Estadual nº 11.904/2000, que disciplina a organização e o funcionamento do Contencioso Administrativo-Tributário do Estado-CATE, estabelece:
- (A) A representação do Estado junto ao TATE será exercida por funcionários de carreira fiscal, designados, especificamente, para esse fim, pelo Secretário da Fazenda.
  - (B) Relativamente a cada Turma Julgadora, na condição de primeira instância, reunir-se-á com a presença de, no mínimo, 3/5 (três quintos) dos seus membros, realizando os julgamentos pelo voto da maioria dos presentes.
  - (C) Relativamente a cada Turma Julgadora, na condição de primeira instância, em sua ausência ou impedimento, o respectivo Presidente será substituído pelo JATTE da mesma Turma mais antigo no exercício do cargo ou, ocorrendo igualdade desta condição, pelo mais idoso.
  - (D) O TATE será composto por titulares do cargo efetivo de Julgador Administrativo-Tributário do Tesouro Estadual e por representantes dos contribuintes, em igual número.
  - (E) O TATE é integrado pela Presidência, por 3 Turmas Julgadoras, com 5 JATTES cada uma delas, e pelo Tribunal Pleno.
- 

#### Auditoria Fiscal

46. Na realização dos trabalhos de auditoria na empresa Vende Bem do Brasil S/A, o auditor interno, com o objetivo de obter razoável segurança de que os controles internos estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento, procedeu a verificação de registros, documentos e ativos tangíveis. Neste caso, o auditor aplicou o procedimento de auditoria denominado
- (A) investigação.
  - (B) confirmação.
  - (C) inspeção.
  - (D) observação.
  - (E) testes substantivos.
- 
47. Na auditoria interna realizada na tesouraria de determinada empresa de produtos alimentícios, referente à movimentação financeira do mês de agosto de 2014, o auditor constatou que a empresa pagou três duplicatas sem a devida comprovação de compra ou recebimento do material. A fim de evidenciar os exames realizados e dar suporte à sua opinião, críticas, sugestões e recomendações, as informações e provas obtidas no curso da auditoria serão registrados
- (A) nos papeis de trabalho.
  - (B) no certificado de auditoria.
  - (C) no relatório de auditoria.
  - (D) no programa de auditoria.
  - (E) na ata de conclusão da auditoria.
- 
48. Agregar valor ao resultado da organização, apresentando subsídios para o aperfeiçoamento dos processos, da gestão e dos controles internos, por meio da recomendação de soluções para as não conformidades apontadas nos relatórios, é finalidade, decorrente da atividade
- (A) do controle interno.
  - (B) da auditoria interna.
  - (C) do conselho fiscal.
  - (D) da auditoria externa.
  - (E) do conselho de administração.
-



49. Acerca dos papéis de trabalhos utilizados na execução da perícia, especificados na NBC TP 01 - Perícia Contábil, integram um processo organizado de registro de provas, dentre outros,
- (A) notificações, confirmações e projetos.
  - (B) declarações, edital e termos de vistoria.
  - (C) depoimentos, projetos e cronograma físico-financeiro.
  - (D) edital, desenhos e termos de vistoria.
  - (E) plantas, desenhos e fotografias.

50. Considere:

- I. A auditoria interna é exercida nas pessoas jurídicas de direito público, interno ou externo, e de direito privado.
- II. Os exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, realizados pela auditoria independente, têm a finalidade de promover melhorias nos controles da empresa de forma a assegurar a proteção ao patrimônio.
- III. A opinião do auditor independente sobre as demonstrações contábeis trata de determinar se as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável.
- IV. A perícia contábil, exercida sob a tutela da justiça como a exercida no âmbito arbitral, estatal ou voluntária, é de competência exclusiva de contador registrado em Conselho Regional de Contabilidade.
- V. É um dos objetivos da auditoria independente a prevenção de fraudes e erros.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) I, II e V.
- (C) III, IV e V.
- (D) I, III e V.
- (E) II e IV.

51. A empresa BDA do Brasil S/A admitiu, em seu quadro de pessoal, um auditor interno, para preparação e planejamento das auditorias a serem realizadas na empresa. Entre outros, são considerados fatores relevantes no planejamento dos trabalhos de auditoria interna:

- I. o conhecimento detalhado da política e dos instrumentos de gestão de riscos da entidade.
- II. o conhecimento do resultado e das providências tomadas em relação a trabalhos anteriores, semelhantes ou relacionados.
- III. o conhecimento detalhado das transações efetuadas pela empresa em exercícios anteriores.
- IV. o levantamento dos ativos e passivos da empresa relativo ao exercício anterior.
- V. o conhecimento detalhado das atividades operacionais e dos sistemas contábil e de controles internos e seu grau de confiabilidade da entidade.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I, IV e V.
- (B) I e IV.
- (C) II e IV.
- (D) I, II e V.
- (E) II, III e V.

52. Um cliente pagou uma duplicata da Companhia Distribuidora de Novelas de Pernambuco, no total de R\$ 88.500,00, sendo que R\$ 3.500,00 referiam-se a juros e multas por atraso. A auditoria interna constatou que, por desconhecimento das normas contábeis, por parte do responsável pelos registros contábeis, os encargos referentes ao atraso não foram contabilizados como receitas. Com relação às normas de auditoria interna, este fato caracteriza

- (A) omissão de receita.
- (B) redução de lucros.
- (C) fraude.
- (D) apropriação de ativos.
- (E) erro.

53. A perícia contábil constitui o conjunto de procedimentos técnico-científicos destinados a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar à justa solução do litígio ou constatação de um fato, mediante laudo pericial contábil e/ou parecer pericial contábil. Referem a provas periciais produzidas pelo perito:

- (A) avaliação, testemunha e conferência de cálculos.
- (B) entrevista, arbitramento e inspeção.
- (C) exame, indagação e investigação.
- (D) inspeção, avaliação e circularização.
- (E) arbitramento, exame e inspeção.



54. O relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis deve especificar que a auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. O relatório deve explicar, também, que essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que
- (A) a aprovação e a divulgação das demonstrações contábeis sejam de responsabilidade do sistema de controle interno da entidade.
  - (B) a avaliação do controle interno seja executada pela auditoria interna.
  - (C) os procedimentos de auditoria sejam elaborados com o objetivo de solucionar e prevenir fraudes e erros.
  - (D) o programa de auditoria seja aprovado pela administração da entidade.
  - (E) a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.
- 
55. Bartolomeu Guimarães, auditor independente, na realização de auditoria das demonstrações contábeis da empresa Baratão do Norte S/A, tendo obtido evidências de auditoria apropriadas e suficientes, concluiu que as distorções detectadas, individualmente ou em conjunto, são relevantes e generalizadas para as demonstrações contábeis. Nestas condições, o auditor deve
- (A) abster-se de opinar.
  - (B) emitir uma opinião pela irregularidade.
  - (C) emitir uma opinião adversa.
  - (D) emitir uma opinião sem ressalva.
  - (E) emitir uma opinião com ressalvas.
- 
56. Contratado para realizar auditoria nas demonstrações contábeis da empresa Queijos Coalho S/A, o auditor para obter segurança razoável e reduzir o risco de auditoria a um nível baixo aceitável e possibilitar alcançar conclusões razoáveis e nelas basear a sua opinião deve
- (A) realizar a auditoria de acordo com os procedimentos definidos.
  - (B) avaliar o controle interno.
  - (C) elaborar os papéis de trabalho de acordo com os procedimentos de auditoria.
  - (D) obter evidência de auditoria apropriada e suficiente.
  - (E) planejar os trabalhos de auditoria tomando por base o resultado de auditorias anteriores.
- 
57. O objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. No relatório do auditor independente deve constar que a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil é de responsabilidade
- (A) do departamento de contabilidade.
  - (B) da administração.
  - (C) do controle interno.
  - (D) da auditoria interna.
  - (E) dos acionistas majoritários.
- 
58. Na realização de auditoria das Contas a Receber da Indústria de Tecidos Duradouros S.A., a administração não permitiu que o auditor enviasse solicitações de confirmação externa de saldos, para obtenção de evidência de auditoria. Nestas condições, entre outras medidas previstas nas normas de auditoria, deve o auditor
- (A) comunicar o fato ao conselho fiscal da empresa, solicitando providências para obtenção das informações desejadas.
  - (B) registrar no relatório de auditoria que o procedimento de solicitações de confirmações externas não foi executado.
  - (C) desacatar a decisão da administração da empresa e solicitar a confirmação dos saldos das duplicatas a receber junto aos devedores.
  - (D) executar procedimentos alternativos de auditoria definidos para obter evidência de auditoria relevante e confiável.
  - (E) registrar no programa de auditoria que o procedimento referente à solicitação de confirmação externa não foi realizado.
- 
59. Ao estabelecer e executar procedimentos de auditoria, o auditor deve considerar a relevância e confiabilidade das informações a serem utilizadas como evidência de auditoria. Em havendo dúvida a respeito da confiabilidade das informações ou indicações de possível fraude, nos termos das normas de auditoria – NBC TA, exige-se que o auditor
- (A) faça investigações adicionais e determine que modificações ou adições aos procedimentos de auditoria são necessários para solucionar o assunto.
  - (B) comunique o fato à administração da empresa e suspenda os trabalhos de auditoria até que o assunto seja solucionado.
  - (C) comunique o fato ao seu superior e aplique novos procedimentos de auditoria para esclarecer o assunto.
  - (D) solicite informações aos envolvidos com as possíveis fraudes ou falsificação de documentos e aplique novos procedimentos de auditoria para esclarecer o assunto.
  - (E) amplie o escopo da auditoria e determine que modificações são necessárias no controle interno para solucionar o assunto.



60. As demonstrações contábeis da empresa Ferro Branco do Brasil S/A, relativas ao exercício de 2012, apresentou distorções relevantes, e o auditor não detectando emitiu um relatório contendo uma opinião inadequada. Esta situação, de acordo com as normas de auditoria, caracteriza
- (A) risco de auditoria.
  - (B) despreparo do auditor.
  - (C) inadequação da evidência de auditoria.
  - (D) inadequação na elaboração dos papéis de trabalho.
  - (E) inadequação dos procedimentos de auditoria.

---

### Contabilidade Pública

61. Sobre as receitas públicas, é correto afirmar que
- (A) o valor da operação de crédito por antecipação da receita orçamentária é classificado como receita orçamentária de operações de crédito.
  - (B) a inscrição de restos a pagar processados dá origem a uma receita orçamentária.
  - (C) o recebimento de um depósito caução altera o resultado de execução orçamentária.
  - (D) o valor dos juros das aplicações financeiras é classificado como receita orçamentária de capital.
  - (E) o valor das multas decorrentes de atraso na arrecadação de tributos pelos contribuintes é classificado como receita orçamentária corrente.

62. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, para um ente público realizar o pagamento a fornecedores de material de consumo, a despesa a que o pagamento se refere, no processo de execução orçamentária, deverá ter sido
- (A) empenhada e lançada.
  - (B) fixada e liquidada.
  - (C) empenhada, apenas.
  - (D) empenhada e liquidada.
  - (E) lançada e liquidada.

63. Sobre os Princípios de Contabilidade sob a Perspectiva do Setor Público, considere:
- I. O Princípio da Entidade se afirma, para o ente público, pela autonomia e responsabilização do patrimônio a ele pertencente.
  - II. A continuidade está vinculada ao estrito cumprimento da destinação social do patrimônio pelo ente público, ou seja, a continuidade da entidade se dá enquanto houver geração de lucro pelo ente público.
  - III. O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser, no reconhecimento inicial e após o reconhecimento inicial, mensurados pelo custo histórico.
  - IV. O Princípio da Competência aplica-se integralmente ao Setor Público.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
  - (B) II e IV.
  - (C) I e II.
  - (D) I e IV.
  - (E) II e III.
64. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, todas as operações que resultem débitos e créditos de natureza financeira, não compreendidas na execução orçamentária, serão objeto de
- (A) alteração da Lei Orçamentária Anual.
  - (B) execução de créditos especiais.
  - (C) registro contábil.
  - (D) controle extracontábil.
  - (E) abertura de créditos suplementares.



65. Em uma entidade pública, um veículo utilizado na prestação de serviços e a dívida fundada, que depende de autorização legislativa para amortização, são classificados, respectivamente, como ativo
- (A) circulante e passivo permanente.
  - (B) não circulante e passivo fluante.
  - (C) não circulante e passivo financeiro.
  - (D) permanente e passivo permanente.
  - (E) permanente e passivo financeiro.

66. Considere os dados apresentados, a seguir, extraídos das Demonstrações Contábeis de um ente público governamental referente ao exercício financeiro de 2013:

	Em R\$ (mil)
Previsão Inicial da Receita	200.000,00
Previsão Atualizada da Receita	210.000,00
Receitas Realizadas	215.000,00
Dotação Inicial	200.000,00
Dotação Atualizada	208.000,00
Despesas Empenhadas	192.000,00
Despesas Liquidadas	150.000,00
Despesas Pagas	145.000,00
Pagamento de Restos a Pagar	44.000,00

Com base nestas informações, é correto afirmar que, em milhares de reais e em 2013,

- (A) os recebimentos extraorçamentários evidenciados no Balanço Financeiro foi nulo.
  - (B) o aumento do saldo em espécie evidenciado no Balanço Financeiro foi 26.000,00.
  - (C) a economia orçamentária evidenciada no Balanço Orçamentário foi 8.000,00.
  - (D) o excesso de arrecadação evidenciado no Balanço Orçamentário foi 23.000,00.
  - (E) o valor dos restos a pagar processados inscritos no exercício foi 42.000,00.
67. Sobre as variações patrimoniais ativas e passivas em uma entidade da Administração direta estadual, é correto afirmar que
- (A) o recebimento de um depósito caução aumenta o Patrimônio Líquido.
  - (B) a aquisição de um bem móvel gera uma mutação ativa.
  - (C) o pagamento de restos a pagar processados reduz o Patrimônio Líquido.
  - (D) a redução a valor recuperável de um bem imóvel gera uma mutação passiva.
  - (E) a entrega de medicamentos de alto custo gera uma mutação ativa.
68. Em conformidade com os procedimentos contábeis patrimoniais apresentados no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a inscrição da dívida ativa tributária provoca
- (A) redução do passivo total.
  - (B) modificação da composição do passivo.
  - (C) aumento do ativo total.
  - (D) aumento da situação patrimonial líquida.
  - (E) modificação da composição do ativo.



**Instruções:** Para responder às questões de números 69 e 70, considere as seguintes transações ocorridas em uma entidade pública governamental durante o exercício financeiro de 2013:

- Empenho e liquidação da despesa com material de consumo no valor de R\$ 160.000,00.
- Lançamento e Arrecadação de receitas referentes a serviços prestados no exercício financeiro de 2013 no valor de R\$ 90.000,00.
- Recebimento de dívida ativa não tributária no valor de R\$ 240.000,00.
- Recebimento de receitas imobiliárias referentes ao exercício financeiro de 2013 no valor de R\$ 360.000,00.
- Redução da Dívida Fundada em decorrência de variação cambial no valor de R\$ 60.000,00 referente ao exercício financeiro de 2013.
- Empenho, liquidação e pagamento de juros e encargos da dívida referentes ao exercício de 2013 no valor de R\$ 120.000,00.
- Reconhecimento da despesa de depreciação dos Imóveis no valor de R\$ 100.000,00 referente ao exercício financeiro de 2013.
- Utilização de material de consumo no valor de R\$ 40.000,00.

69. O aumento no resultado de execução do orçamento corrente (superávit do orçamento corrente), referente ao exercício financeiro de 2013, provocado por estas transações tomadas em conjunto foi, em reais,

- (A) 410.000,00.
- (B) 170.000,00.
- (C) 350.000,00.
- (D) 310.000,00.
- (E) 290.000,00.

70. Considerando o regime de competência, o aumento no resultado patrimonial, referente ao exercício financeiro de 2013, provocado por estas transações tomadas em conjunto foi, em reais,

- (A) 190.000,00.
- (B) 370.000,00.
- (C) 250.000,00.
- (D) 130.000,00.
- (E) 490.000,00.

### **Direito Financeiro**

71. O Município XYPE obteve junto ao cartório de registro de imóveis inúmeras certidões de imóveis registrados em nome de determinadas pessoas, fazendo o pagamento imediato das custas devidas ao cartório. Sobre o pagamento efetuado por esse município, é correto afirmar:

- (A) O pagamento feito pelo município será considerado regular se tiver havido empenho e regular liquidação antes do pagamento.
- (B) O caso citado está dentro das hipóteses excepcionais de dispensa de empenho e de nota de empenho.
- (C) Desde que tenha havido prévia liquidação, dispensa-se a realização do empenho.
- (D) Se havia prévia autorização orçamentária, dispensa-se o procedimento regular de pagamento desta despesa.
- (E) Como se trata de contratação de serviço em que é inexigível a licitação, não há necessidade de realização de empenho da despesa.



72. No caso de iminência de surto de vírus letal em território nacional, as despesas necessárias para a prevenção e o combate à doença, bem assim para o tratamento adequado das pessoas infectadas, por meio da importação em grande quantidade de soro produzido com exclusividade no Canadá e em valores muito superiores à dotação orçamentária para despesas com saúde,
- I. é admissível a abertura de crédito suplementar, destinado a despesas urgentes, como no caso de calamidade pública.
  - II. não poderá ser aberto crédito adicional, devendo ser promovida relocação de receitas vinculadas proveniente de impostos.
  - III. como já existe dotação orçamentária específica para despesas com saúde, admite-se a abertura de crédito suplementar, desde que existam recursos disponíveis e haja autorização por lei e abertura por decreto executivo.
  - IV. admite-se a obtenção de recursos por meio de realização de operação de crédito, com inclusão em crédito adicional suplementar dos recursos provenientes da operação, desde que atendidas outras exigências legais.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
  - (B) III e IV.
  - (C) I e II.
  - (D) I e III.
  - (E) II e III.
- 
73. Em procedimento administrativo específico, contribuinte obtém isenção para pagamento de IPTU por ter preenchido os requisitos legais para esta isenção. Considerando esta isenção à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar:
- (A) A única isenção que é considerada renúncia de receita pela Lei de Responsabilidade Fiscal é a isenção em caráter geral, concedida a todos os contribuintes de determinado tributo, hipótese em que deverá atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA, e vir acompanhada de medidas de compensação por meio de aumento de receita tributária no prazo legal.
  - (B) Dentro dos limites previamente estabelecidos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, e desde que não afete as metas de resultados fiscais do anexo do Plano Plurianual, é perfeitamente possível a concessão de isenção na forma estabelecida, já que não se trata de renúncia de receita, pois esta só está caracterizada quando o ente concede isenção em caráter geral.
  - (C) Esta isenção caracteriza renúncia de receita, devendo, dentre outros requisitos: atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e demonstrar que a renúncia foi considerada na estimativa do impacto orçamentário-financeiro, no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois seguintes, na estimativa de receita da lei orçamentária, e que não afetará as metas de resultados fiscais do anexo da LDO.
  - (D) Dentro da autonomia municipal e não havendo prejuízo para o orçamento anual, é possível que o município conceda isenção e outros benefícios fiscais sem que tenha que se ater a qualquer restrição ou balizamento pela Lei de Responsabilidade Fiscal, posto que está no pleno exercício de sua competência tributária constitucional.
  - (E) A Lei de Responsabilidade Fiscal veda expressamente a concessão de isenção em caráter específico, pois não é possível mensurar o impacto que esta isenção irá proporcionar no orçamento anual.

- 
74. Sobre fiscalização orçamentária e financeira do Poder Judiciário estadual, é correto afirmar que
- (A) o controle externo das contas do Poder Judiciário estadual é de competência do Poder Legislativo estadual, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
  - (B) o controle externo das contas do Poder Judiciário estadual é de competência do Superior Tribunal de Justiça, sendo suas contas homologadas ou não pelo Supremo Tribunal Federal.
  - (C) não existe fiscalização orçamentária e financeira das contas do Poder Judiciário estadual, pois ele não possui orçamento próprio.
  - (D) o Poder Judiciário estadual se submete apenas à fiscalização interna por órgão próprio, não se submetendo a controle externo pelo Poder Legislativo.
  - (E) a fiscalização orçamentária e financeira das contas do Poder Judiciário estadual é feita pelo Ministério Público.

- 
75. Se o Presidente da República não apresentar suas contas ao Congresso Nacional dentro de 60 dias após a abertura da sessão legislativa,
- (A) o Congresso Nacional deverá notificar o Presidente da República a prestar suas contas em 30 dias, sob pena de intervenção federal.
  - (B) os pagamentos das despesas do Poder Executivo, relacionadas com a Administração Direta, ficarão bloqueados até que sejam apresentadas as contas.
  - (C) será instaurado processo de *Impeachment* perante o Senado Federal.
  - (D) o Tribunal de Contas da União deverá notificar o Presidente a prestar suas contas em 10 dias, sob pena de instauração de processo de improbidade administrativa.
  - (E) competirá à Câmara dos Deputados proceder à tomada de contas do Presidente da República.



76. À luz do Direito Financeiro, o preço público se distingue da taxa porque
- (A) o preço público é considerado mero ingresso e não receita, não sendo computado na lei orçamentária anual.
  - (B) o preço público é receita originária e a taxa é receita derivada, pois se trata de tributo, embora ambos se classifiquem como receitas correntes.
  - (C) apenas serviços públicos monopolizados podem ser remunerados por taxa, posto que se existe a possibilidade de se contratar o mesmo serviço prestado por particular, a remuneração do serviço público será por preço público.
  - (D) preço público tem receita vinculada e taxa, por ser tributo, necessariamente não tem receita vinculada.
  - (E) é a disponibilidade do serviço que determina ser ele remunerado por taxa ou por preço público, ou seja, se está à disposição, será sempre remunerado por taxa, mas, ao contrário, se depende de provocação do usuário para ser prestado, será remunerado por preço público.
- 
77. Sobre as despesas públicas, é correto afirmar:
- (A) A prorrogação de uma despesa criada por prazo determinado não é considerada aumento de despesa e, portanto, dispensa que se apresente estimativa de impacto orçamentário e declaração do ordenador da despesa de que há adequação orçamentária, bastando a abertura de crédito especial.
  - (B) Despesa adequada com a lei orçamentária anual é a despesa que se conforma com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas ali previstas.
  - (C) O ato de criação de despesa obrigatória de caráter continuado deve ser instruído com estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes e demonstrar origem dos recursos para seu custeio, sem embargo de outras exigências legais.
  - (D) Despesa compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias é a despesa objeto de dotação específica e suficiente.
  - (E) Dispensa-se qualquer procedimento para o aumento de despesa quando existe aumento de receita sem que tenha havido previsão orçamentária para tanto, podendo ser feita a transposição de recursos.
- 
78. O prazo para a Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco apreciar as contas do Governador do Estado, mediante parecer prévio, é de
- (A) 60 dias, a contar do início da sessão legislativa.
  - (B) 45 dias, a contar do seu recebimento.
  - (C) 90 dias, a contar do seu recebimento.
  - (D) 90 dias, a contar do início da sessão legislativa.
  - (E) 60 dias, a contar do seu recebimento.
- 
79. De acordo com a Lei Estadual nº 7.741/1978 (Código de Administração Financeira do Estado de Pernambuco), considera-se Reserva de Contingência
- (A) as despesas empenhadas mas não pagas até 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.
  - (B) as despesas empenhadas que corram a conta de créditos adicionais, com vigência plurianual e que não tenham sido liquidadas.
  - (C) a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.
  - (D) a dotação global prevista no Orçamento-Programa Anual, não especificamente destinada a determinado programa ou unidade orçamentária, cujos recursos serão utilizados, através de decreto, para abertura de créditos suplementares.
  - (E) o saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício, conforme estudo técnico que analise o comportamento da receita.
- 
80. Segundo Aliomar Baleeiro, nem todo o passivo do Estado pode ser incluído no conceito de dívida pública. (**Uma introdução à ciência das finanças**. 17 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010, p. 633). Partindo desta premissa, a dívida pública
- (A) decorre de empréstimo público e o pagamento de juros da dívida pública é classificado como despesa corrente, da espécie transferência corrente.
  - (B) somente será considerada despesa se ingressou nos cofres públicos a título de empréstimo público, posto que este é sempre uma receita tributária.
  - (C) será apenas a dívida decorrente de atraso em liquidações e pagamentos de despesas e condenações judiciais por ilícitos dos agentes públicos.
  - (D) não decorre de empréstimo público e não está prevista na lei orçamentária anual como despesa.
  - (E) é sempre despesa corrente, seja para pagamento de juros, como para amortização da dívida.